

## MUSEUS E MONUMENTOS<sup>1</sup> DE INDÚSTRIA NA ‘OUTRA BANDA’

Paulo Oliveira Ramos\*

“Os monumentos architectonicos, os monumentos artisticos de qualquer feição, mereceram sempre o respeito dos homens inteligentes de todos os tempos, e o seu estudo constitue um dos mais importantes ramos do saber humano. Os nossos olhos, quando veem estampar-se no horizonte os arcos em ruínas de um aqueducto romano, experimentam uma sensação intraduzível, mixto de tristeza e de respeito. Atravez d’aquelles vetustos semicirculos de pedra, enegrecidos pelo tempo e engrinaldados selvaticamente pelas parasitarias, como que estamos observando o mysterioso scenario do infinito.

É pena que já não haja o mesmo espirito e a mesma consideração para monumentos d’outra especie, de caracter menos material, e cujos vestígios se vão perdendo e extinguindo pouco a pouco, deixando apenas um traço ligeiro na tradição. Referimo-nos ás industrias...”

Sousa Viterbo<sup>2</sup>

Partindo do aforismo popular que diz que *cada um tem o direito de incensar o santo que lhe for ao jeito*, abordarei neste colóquio a temática do património industrial, procurando relevar alguns testemunhos que investigadores, associações e autarquias têm vindo a restituir à população desta *outra banda* e que fazem não só parte da sua memória colectiva como, nalguns casos, se tornaram elementos profundamente significativos do nosso acervo patrimonial comum. Contudo, o que vos propomos com esta intervenção não é a leitura de um inventário vasto e complexo. Antes, em breve relance panorâmico, tentaremos olhar globalmente o património industrial desta região, como tentativa, não mais, para superar a sua comum apresentação fragmentária.

A minha exposição terá por base informação recolhida há já algum tempo, durante a produção pela Universidade Aberta do bloco multimedia *Curso de Iniciação à Museologia*, e, mais recentemente, também em publicações diversas,<sup>3</sup> contactos pessoais e com instituições — a quem agradeço a sua boa colaboração —, e ainda a informação disponível na *Ner*<sup>4</sup> bem como algum trabalho de campo.

\* Universidade Aberta

Admitindo que o património industrial com dificuldade “poderá ser balizado no tempo, por qualquer limite preciso — do tipo “revolução industrial” —, dado que este tipo de limites não se adequa à realidade das estruturas produtivas nem à realidade da evolução destas; mais, perde o conceito a possibilidade de ser universalmente aceite”,<sup>5</sup> aceitaremos aqui como património industrial tudo aquilo que nos parecer significativo e relevante na história da produção material. Neste quadro — e, como todos os quadros, discutível — começemos por referir os que são hoje os *monumentos industriais*<sup>6</sup> *classificados* mais antigos da outra banda: as fábricas romanas de salga de Cacilhas e de Setúbal, ambas pondo “em evidência o papel semelhante desempenhado pelos estuários do Tejo e do Sado quanto à exploração e transformação dos recursos marinhos”<sup>7</sup> e as duas classificadas como I.I.P. em 1992.<sup>8</sup> Lembro, a propósito, aqueloutras em Troia, na borda d’água, formando um verdadeiro complexo industrial e que se encontram classificadas como M.N. desde 1910 e a cujo estudo esteve ligada a primeira associação arqueológica do país, a *Sociedade Archeologica Lusitana*, “inaugurada na villa de Setubal no dia 9 de novembro de 1849”,<sup>9</sup> sem esquecer a olaria, também romana, da Quinta do Rouxinol, em Corroios, M.N. em 1992.

Quando, em 1838-1839, Alexandre Herculano dava à estampa n’*O Panorama* os seus quatro artigos acerca do estado do nosso património — verdadeiro brado de alerta — António Lopes da Costa e Almeida, por esses mesmos anos, convenceu o Conselho da Marinha a facultar-lhe os meios para “salvar do estado ruinoso” o conjunto formado pelo moinho e fornos de biscoito do Vale de Zebro, o qual, segundo escreveu então, “deverá considerar-se como *monumento histórico*”.<sup>10</sup> Olhando os vestígios hoje existentes — que albergam o *Museu do Fuzileiro* — com dificuldade vemos como seria esse complexo industrial para merecer tal proposta.<sup>11</sup> Contudo, graças ao príncipe Lichnowsky, que em meados do século passado registou a sua visita ao complexo de fornos de biscoito de Vale de Zebro, onde desembarcou durante um passeio no Tejo, ficamos a saber que então:

“Uma estreita ponte de muitos centenaes de passos de comprimento conduz ao ancoradouro por cima de terrenos enxarcados até junto a uma grande padaria real, que antigamente era destinada para fornecer todo o exército. Um moinho, que faz parte deste espaçoso edifício, põe em movimento oito pares de mós colossaes, que no tempo da maré podem trabalhar durante doze horas, e moer diariamente 160 saccos. Um grande celeiro, cuja abobada é sustentada por 48 pilares, pode recolher simultaneamente 70:000 saccos de trigo, e 32:000 barricas de farinha. [...] Este grandioso estabelecimento é de origem muito antiga; comtudo não se sabe com exactidão a data da primeira

edificação. No princípio do último século ardeu tudo; reedificou-se de novo em 1736, e finalmente Pombal levou a fábrica ao estado em que hoje [1842] se acha. Actualmente este util, e bem conservado edificio está vazio, e desaproveitado. [...] Hoje em dia acha-se em muito bom estado, graças ao desvelo do inspector; fez-nos este vêr as diversas partes desta vasta fábrica, e como se achava também presente o governador civil de Lisboa, quiz mostrar-nos tudo até aos mais insignificantes pormenores, para nos fornecer uma prova do seu zelo pelo serviço; de maneira que tivemos de passar por todos os corredores, de entrar em todos os cubículos, e de metter a cabeça nas portas de todos os fornos [27], sem que elle nos absolvesse da observação da minima particularidade”.<sup>12</sup> Afinal, “cousa rica”, como se lhe referiu Gaspar Frutuoso no século XVI.

Mas uma outra fábrica, não longe de Vale de Zebro, tinha já antes levado alguns notáveis a cruzar o Tejo. Em 13 de Novembro de 1727, segundo se lê na *Gazeta de Lisboa*, “partio a Rainha nossa Senhora<sup>13</sup> desta Corte com o Principe D. José nosso Senhor e a senhora infanta D. Maria para ver o Convento dos Religiosos Capuchos da Arrábida, e a Praça de Setubal; e *de caminho foi ver a fábrica de vidros cristalinos, que se estabeleceu junto a Coina...*”. Estabelecida em 1719, e apesar destas visitas da família real ou das elegias tecidas pelos poetas oficiais,<sup>14</sup> a derradeira administração, a do irlandês John Beare, viu-se obrigada a transferi-la em 1747 para a Marinha Grande onde renasceria com os irmãos Stephens. Uma *consulta da camara a el-rei em 13 d’outubro de 1746* esclarece-nos sobre a(lguma)s das razões do encerramento: a “fabrica de Coina, onde se fabrica o vidro e se consome a maior parte da lenha que produz toda a banda d’além do Tejo, tanto de sôbro, como de pinho e mutano, porque como a dita fabrica está continuamente laborando, e continuamente estão ardendo fogos para a execução das obras é preciso o consumo de todas as lenhas que produzem as terras circunvizinhas”.<sup>15</sup>

A questão do combustível, segundo Cláudio Torres, poderá ter estado também na base do fecho de uma das primeiras unidades de fabrico de vidro no nosso país, em finais do século XV, “na zona actual da Quinta do Conde e onde perdurou o topónimo de Cova dos Vidros” e mesmo “na primeira metade do século XVI, [d]as manufacturas de Aldeia Galega e Alcochete”.<sup>16</sup>

Os vestígios da Real Fábrica de Vidros de Coina seriam o palco, dois séculos e meio passados sobre a sua edificação, de uma intervenção arqueológica realizada sob a responsabilidade da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (hoje Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial) e o apoio da Câmara Municipal do Barreiro e que se prolongaria entre 1983 e 1986 em três campanhas sucessivas. Das estruturas da manufactura

joanina postas a descoberto pelas escavações, destacam-se três fornos: um para cristal, outro para vidro branco e o terceiro para vidro verde e vidraça. Foi classificada como I.I.P. em Dezembro de 1997.<sup>17</sup>

Mas desde 1981 que a arqueologia industrial se encontrava envolvida num outro projecto nesta margem, ora com o patrocínio da Câmara Municipal do Seixal. Tratava-se do estudo da Fábrica de Vidros da Amora, empresa vidreira que laborou entre 1888<sup>18</sup> e 1930, intervenção pioneira entre nós e que implicou uma prospecção e conduziu a um catálogo fotocopiado e a uma exposição no novel Museu Municipal.<sup>19</sup>

Pegando na expressão *arqueologia industrial* que, como se sabe, é usada entre nós desde 1896 — lembro que entretanto esta “veio a cair no esquecimento até à sua recente reabilitação, mas desta vez após ter sido consideravelmente divulgada no estrangeiro e de até ser apresentada como uma invenção de um autor inglês”<sup>20</sup> — tendo aparecido, pela mão de Sousa Viterbo, num primeiro artigo publicado n’ *O Archeologo Português*,<sup>21</sup> onde viu a luz do dia associada ao termo *moinhos*. Estes engenhos — que na sua vertente de maré esta margem sul do estuário do Tejo conhece desde o século XIV<sup>22</sup> — foram erguidos não só para servir as populações locais e os já referidos fornos de biscoito de Vale de Zebro, mas especialmente para abastecer a cidade de Lisboa, como bem lembrou António Nabais em estudo que lhes dedicou em 1986 e cujo título, curiosamente, faz lembrar a epígrafe da obra pioneira de Sousa Viterbo: *Património Industrial. Moinhos de Maré*. Em 1984, fruto do alargamento do conceito de ‘monumento’ e de uma valorização dos testemunhos da chamada cultura material, que caracterizou em termos patrimoniais os idos anos 70 e 80, dez desses moinhos foram classificados como I.I.P.<sup>23</sup> Permita-se-nos um parêntesis: esse mesmo diploma — Decreto n.º 29/84 — faria recair sobre outros imóveis *profanos*, situados em Lisboa, o manto da classificação patrimonial, distinguindo com o grau de I.I.P. também o Bairro Grandela, o edifício da antiga Escola Industrial Marquês de Pombal, o edifício da antiga fábrica de tecidos de Seda nas Amoreiras e a Garagem Auto-Palace.

Um desses dez moinhos, o de Corroios, aquele que Alberto Pimentel na sua obra *A Extremadura Portuguesa* dizia “que se recomenda pela sua situação e aspecto pitoresco”,<sup>24</sup> foi transformado em 1986, após obras de recuperação, em Núcleo do Património Industrial do Ecomuseu Municipal do Seixal, conservando-se em laboração e, ao mesmo tempo, privilegiando os objectivos didácticos que justificaram o apoio da UNESCO.

Mas outros museus ou núcleos museais existem ligados, parcial ou globalmente, ao património industrial nesta zona:

— o Museu do Trabalho Michel Giacometti, em Setúbal, ele próprio

instalado num imóvel significativo da história industrial local: a fábrica de conservas de peixe Perienes, sita na zona das Fontainhas. Inaugurado em 1995, este museu municipal alberga não só equipamentos da indústria conserveira, mas também um outro importante acervo relacionado com uma indústria afim, a litografia, sendo ainda lembrados ofícios pré-industriais como o dos funileiros, latoeiros, ferreiros, etc.;

- o Núcleo de Arqueologia e História do Museu Municipal de Almada onde se mostram as actividades produtivas do concelho, como a indústria de preparados de peixe da época romana; estando ainda expostas ferramentas ligadas à carpintaria naval e à actividade corticeira, graças a uma máquina de fabrico de rolhas. Por seu lado, no Núcleo Naval, instalado num antigo estaleiro em Olho de Boi, sítio fronteiro a Lisboa, onde se destaca a exposição de instrumentos ligados à construção naval em madeira e aos seus artífices: carpinteiros, calafates, serradores e mestres;
- o Museu Municipal de Alcochete, quer no Núcleo Sede — nomeadamente com a evocação do sítio do Porto de Cacos, na Herdade de Rio Frio, importante olaria de material anfórico — quer no Núcleo do Sal, núcleo museológico constituído pelas salinas “Gema Cova”, a “A Gorda” e pela Casa da Marinha (Casa da Malta e eira), nascido de um protocolo entre a autarquia e a fundação proprietária das salinas.

Mas o universo da museologia industrial desta banda passa, ainda, por dois *museus de empresa*: o Museu João Victor Ferreira da Fonseca, da SPEL — Sociedade Portuguesa de Explosivos, SA, instalado na sua fábrica de Santa Marta de Corroios espelhando, em termos tecnológicos, os sectores de actividade da empresa, i.e., o fabrico de explosivos civis e militares, material de defesa e produtos de pirotecnia e químicos; e o Museu do Vinho de José Maria da Fonseca, em Vila Nogueira de Azeitão, instalado nos edifícios das antigas adegas da empresa e que aborda a história da sua produção vinícola através de objectos representativos, maquinaria antiga, fotos e textos. Refira-se ainda a existência do Núcleo Museológico / Moinho de Maré da Mourisca, recuperado pela Reserva Natural do Estuário do Sado, em funcionamento, e que receberá o Ecomuseu do Vale do Sado.

No horizonte perfilam-se alguns projectos museais, nomeadamente os ligados à indústria corticeira, como é o caso do projecto de musealização das instalações da antiga fábrica de cortiça Socorquex, na Moita, divulgado na revista *Arqueologia Industrial* já em 1993, num importante texto-manifesto de Eduarda Moreira da Silva, Ilda Maria Soares de Abreu, Isabel Victor e

Luís Jorge Gonçalves<sup>25</sup> e o projecto centrado na Mundet, “aquela que foi a maior empresa do sector corticeiro na Margem Sul e, durante muitos anos, no país e mesmo a nível mundial”.<sup>26</sup> Em projecto, mas com abertura prevista para o corrente ano (1999), é de referir o Núcleo Museológico da Mata da Machada, no Barreiro, local do forno onde se faziam as formas de açúcar destinadas aos trapiches e engenhos a laborar, concretamente na Madeira, e as placas cerâmicas utilizadas para cozer o biscoito, muito importantes durante a época dos Descobrimentos.

Mas nos vários concelhos antes referidos, existem, seguramente, muitos outros testemunhos do património industrial. Uns já estão classificados, como o quatrocentista aqueduto sobre arcadas simples e duplas de Setúbal ou a singular nora de ferro, situada em terrenos da Escola Preparatória da Cova da Piedade, classificada em 1982.<sup>27</sup> Por seu lado, está “*em vias de classificação*” — de acordo com o *website* da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — o seiscentista moinho de maré de Alhos Vedros, e, no Seixal, segundo julgamos saber, o edifício das caldeiras *Babcock* da extinta Mundet e a fábrica de pólvora de Vale de Milhaços.

Contudo, outras fábricas, como a da Moagem do Caramujo (Cova da Piedade); chaminés, como a da Wicander, alta de mais de 20 metros, marcando de modo indelével a paisagem do Bairro Novo, no Seixal com os seus 23 metros de altura; portos, com os seus cais, guindastes e velhos estaleiros, guardiões da construção tradicional no estuário do Tejo,<sup>28</sup> sem esquecer os caminhos de ferro — destaque-se a antiga estação da CP do Barreiro, construída sob projecto do engenheiro Miguel Pais — encontram-se, ainda, à espera de uma desejável classificação.<sup>29</sup>

*Jóia da coroa* dos espécimes monumentais — e quiçá dos núcleos museais constituídos e a constituir — ligados à história da produção material nesta *outra banda* poderá ser, sem sombra de dúvida, a regeneração e valorização do centenário (1898) complexo fabril da Sociedade Africana de Pólvora, em Vale de Milhaços, antes referida. A sua história, os seus espaços, o saber-fazer, os seus engenhos — com relevo naturalmente para a sua máquina a vapor e o sistema de cabos aéreos para transmissão de energia — merecem um lugar de destaque no conjunto do património industrial português.

É com paixão que acompanhamos esta questão. A mesma paixão que nos faz desejar que não se cumpra o anátema lançado por Alexandre Herculano a propósito da história do património em Portugal:

“Duas epochas distinctas apresentam os ultimos tempos, nas quaes se póde dividir a historia da destruição dos monumentos da nossa pátria: uma já acabou; na outra vivemos nós”.<sup>30</sup>

## Notas

<sup>1</sup> Monumentos classificados.

Um breve historial da política de inventário e classificação do nosso património cultural encontra-se no prefácio de Carlos Antero Ferreira a *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, pp. XIII-XXV. Ver, também, Paulo Oliveira Ramos, *Reviver o Passado (em torno da educação patrimonial e do ensino a distância)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993 (policopiado) e Vasco Costa, “A classificação e a salvaguarda do património”, in *Leituras*, nº 2, 1998, pp. 85-91.

<sup>2</sup> “A archeologia da industria”, in *Diário de Notícias*, 12 de Junho de 1896.

<sup>3</sup> Entre outras: *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993; *Guia de Museus da Costa Azul*, Setúbal, Região de Turismo de Setúbal - Costa Azul, s/d; *Subsídios para o Enquadramento Histórico dos Concelhos — Museus*, Lisboa, MEPAT/CCRLVT, 1998 e o catálogo da exposição temporária *Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços, 1898-1998. Comemorar o Centenário*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1999.

<sup>4</sup> <http://www.monumentos.pt>

<sup>5</sup> Armando Jorge Silva, *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Actas e Comunicações*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 79.

<sup>6</sup> Arthur Raistrick (*Industrial Archaeology. An Historical Survey*, London, edificações mas também todo o tipo de artefactos).

<sup>7</sup> Clementino Amaro, “A Indústria da Salga de Peixe na Baixa de Lisboa”, in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 69.

<sup>8</sup> Monumentos que encontram um bom paralelo nas cetárias postas a descoberto no interior da Casa dos Bicos durante as escavações de 1981/1982.

<sup>9</sup> *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, nº 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, p. 2.

<sup>10</sup> António Lopes da Costa e Almeida, “Memória Histórica-Topografica dos Estabelecimentos de Valle de Zebro, Telha e Azinheira”, in *Annaes Maritimos e Coloniais*, (10), 4ª Série, Lisboa, 1844, p. 363. António Lopes da Costa e Almeida encontrava-se a dirigir os trabalhos hidrográficos e geodésicos no levantamento das plantas do rio de Coima e regiões de Vale de Zebro, Telha e Azinheira.

<sup>11</sup> Conhecem-se alçados e cortes dos “Estabelecimentos de Valle do Zebro”, datáveis do século XVIII, no Arquivo do Ministério do Ministério do Equipamento, Plano e Administração do Território, que demos já à estampa parcialmente em Paulo Oliveira Ramos e António Nabais, *100 Anos do Porto de Lisboa*, Lisboa, APL, 1987, p. 34.

<sup>12</sup> Príncipe Lichnowski, *Portugal. Recordações do anno de 1842*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 111. Tradução de *Portugal. Erinnerung aus dem Jahre 1842*.

<sup>13</sup> Rainha D. Mariana de Áustria

<sup>14</sup> É o caso de D. Luiz Caetano de Lima (1671-1757). De um epigrama escrito em latim, publicou Vasco Valente (*O Vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950, p. 50) a seguinte tradução livre:

“DA FÁBRICA DE VIDRO FUNDADA PELO REI  
cesse o esplêndido comércio dos povos do Nilo,  
deixe de resplandecer na nossa terra o trabalho  
dos Venezianos; a massa de vidro já arde nos fornos pátrios.  
A vossa indústria, hábil em fabricar um esplendor etéreo  
com areias, já fornece, ó Príncipe, estas coisas aos povos  
e disso, por meio duma arte frágil, grande glória para Vós vem.”

<sup>15</sup> Livº IX de regº de cons. e dec. do sr. rei D. João V, fs. 165.

<sup>16</sup> Cláudio Torres, “A Outra Banda”, in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 170.

<sup>17</sup> Ver, Jorge Custódio, "A Real Fábrica de Coína e as Origens da Indústria Vidreira na Marinha Grande (1719-1826)", in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Actas e Comunicações*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 42-78.

<sup>18</sup> James e William Gilman, Justino Guedes e José Lourenço da Silva Gomes constituem neste ano uma sociedade, nascendo assim a fábrica velha na Quinta da Maria Pires. Começa a trabalhar no ano seguinte graças a um pequeno forno a fogo directo.

<sup>19</sup> Teve lugar entre Setembro e Outubro de 1983.

<sup>20</sup> J. Amado Mendes, "Arqueologia Industrial e Património Cultural", in *Munda*, (3), Coimbra, p. 8.

<sup>21</sup> Sousa Viterbo, "Archeologia industrial portuguesa. Os moinhos", in *O Archeologo Português*, vol. II, (8 e 9), 1896, p. 199.

<sup>22</sup> Montijo, 1386.

<sup>23</sup> Dec n.º 29/84, *Diário da República* n.º 145 de 25 de Junho. Foram classificados os moinhos da Passagem, da Quinta da Palmeira, da Torre, de Corroios, do Breyner, do Capitão, do Galvão, do Zeimoto, Novo dos Paulistas e Velho dos Paulistas.

<sup>24</sup> *A Extremadura Portuguesa*, 2.ª parte, Lisboa, 1908, p. 240.

<sup>25</sup> "O projecto de musealização da fábrica Socorquex", in *Arqueologia Industrial*, 2.ª Série, 1993, I (1-2), pp. 95-111.

<sup>26</sup> Graça Filipe, "Breve Abordagem à História da Indústria da Cortiça do Concelho do Seixal" in *Al-madam*, II série, (1), 1992, p. 63.

<sup>27</sup> V.C., Decreto n.º 28/82, *Diário da República* de 26 de Fevereiro 1982.

<sup>28</sup> Lembre-se o Núcleo Naval do Ecomuseu Municipal do Seixal, instalado num antigo estaleiro naval.

<sup>29</sup> O que não quer dizer, muitas vezes, correctamente valorizado e a salvo de vandalismos.

<sup>30</sup> Alexandre Herculano, "Os Monumentos", in *O Panorama*, (69), 1838, p. 267.



FIGURA 1 – Moinho de Maré de Corroios (exterior)



FIGURA 2 – Moinho de Maré de Corroios (interior)

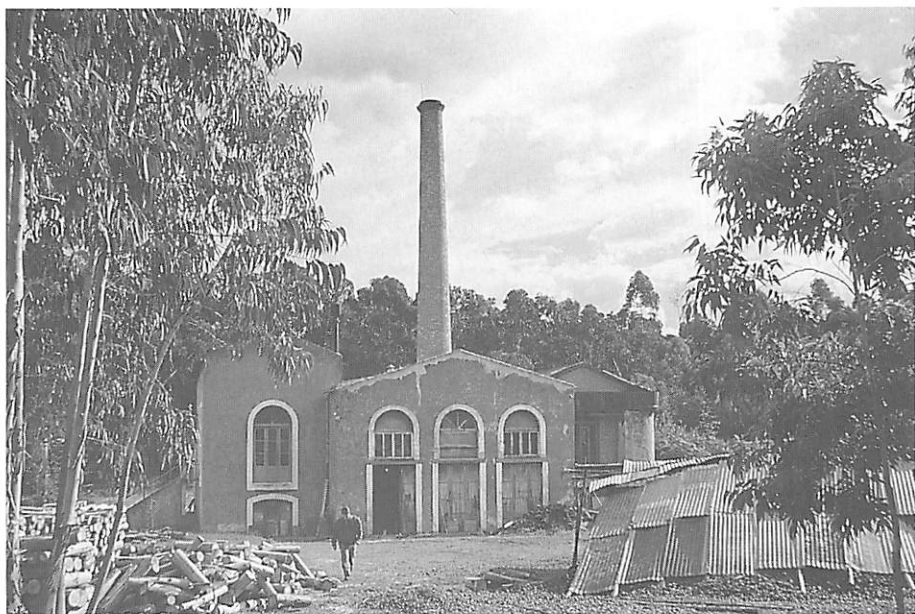


FIGURA 3 – Edifício das caldeiras da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços

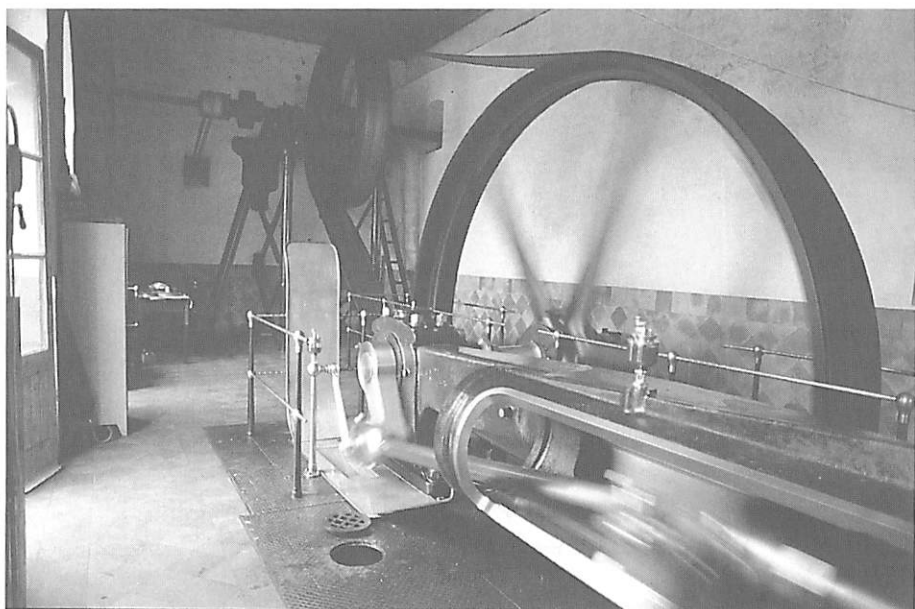


FIGURA 4 – Vista geral da máquina a vapor da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços

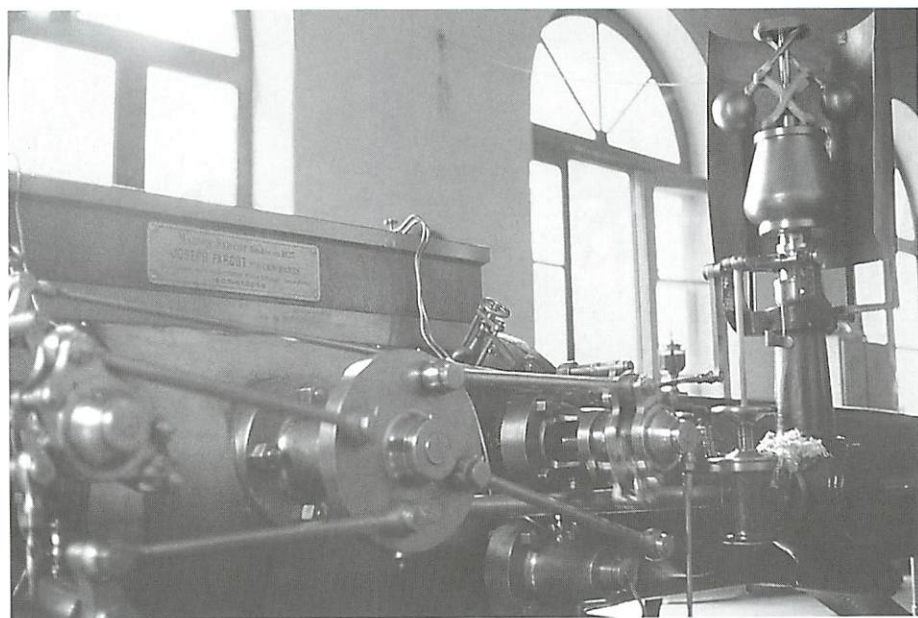


FIGURA 5 – Máquina a vapor da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços (pormenor)

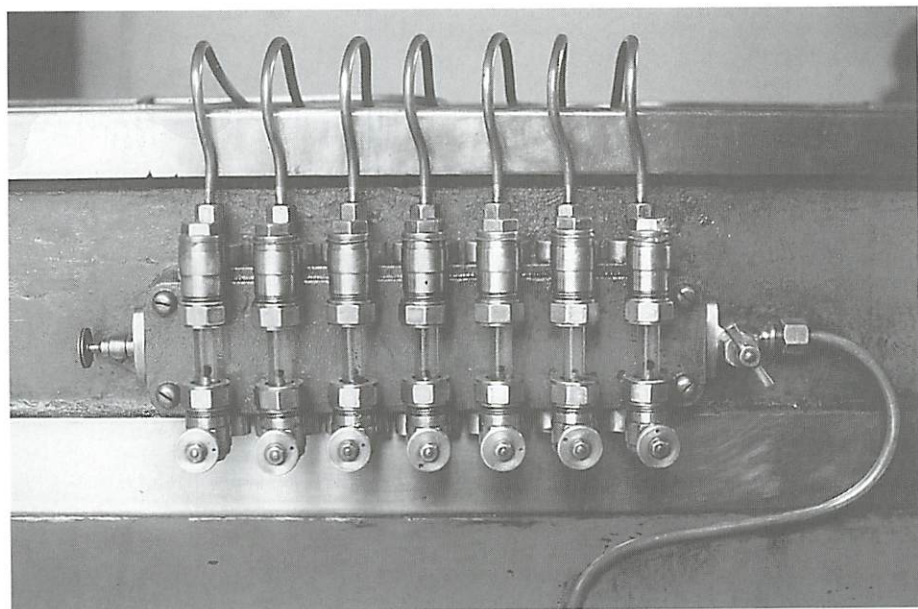


FIGURA 6 – Máquina a vapor da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços ( pormenor)